

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivesse acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves
Terezinha de Fátima Fumis
Flávia Toqueti
Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto
Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima
Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos
Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue
Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima
Jhéssica Luara Alves de Lima
Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas
Larissa de Oliveira e Silva
Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Pâmela Junqueira Freitas

Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM
Uberaba-MG

Elisa Antônia Ribeiro

Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM
Uberaba-MG

Antônio Luiz Ferreira Junior

Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM
Uberaba-MG

Glaucia de Freitas

Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM
Uberaba-MG

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir e analisar o processo de implementação das políticas públicas de financiamento do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. O foco é investigar o ciclo da política pública de assistência estudantil no contexto dos cursos superiores ofertados pelo IFTM, tendo como recorte temporal o período de 2010 a 2016. Almeja, especificamente, verificar se os objetivos e finalidades do Programa estão sendo trabalhados na criação de mecanismos que reduzam os efeitos das desigualdades sociais e econômicas de alguns estudantes, que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica. Pretende-se também identificar as evidências da proposta do programa quanto a equidade de oportunidades

entre todos os estudantes e melhoria do desempenho acadêmico e construção do conhecimento crítico dos indivíduos envolvidos no processo de democratização de acesso e permanência do ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública, Ensino Superior, Democratização.

ABSTRACT: This work aims to reflect and analyze the process of implementing public policies for funding the student Assistance program at the Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. The focus is to investigate the cycle of public policy of student assistance in the context of the higher courses offered by IFTM, having as temporal clipping the period from 2010 to 2016. It specifically aims to verify that the objectives and purposes of the program are being worked out in the creation of mechanisms that reduce the effects of the social and economic inequalities of some students, who present concrete difficulties in Pursue their academic life. It is also intended to identify the evidence of the program's proposal on the fairness of opportunities among all students and improve academic performance and the construction of critical knowledge of individuals involved in the process of democratization of Access and permanence of higher education.

KEYWORDS: Public policy, higher education, democratization.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a gratuidade do ensino é uma condição necessária, mas não suficiente, para que os alunos com baixa renda possam frequentar as Instituições de Ensino Superior e atender às exigências acadêmicas com vistas a uma educação superior de qualidade. Se faz necessário então uma Política que minimize essas desigualdades e contradições sociais no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Logo, a legislação educacional vigente prevê a promoção de mecanismos necessários para a democratização do acesso, bem como a garantia da equidade na permanência e redução das desigualdades, por meio de ações que ultrapassem os obstáculos que impedem os estudantes de ingressarem no Ensino Superior e/ou darem continuidade aos mesmos.

A ampliação do acesso e permanência no Ensino Superior é meta crucial para as instituições educativas e de assistência aos estudantes. Portanto, implica-se a viabilidade da promoção de políticas que possam garantir o acesso efetivo ao ensino de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Com a distribuição equitativa das formas de ingresso, torna-se necessário desenvolver estratégias que atendam a redução da exclusão social, permitindo a inclusão das pessoas com baixa condição socioeconômica e melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem desse público, visto que, não basta ter acesso, é preciso ter garantia de estabilidade de recursos para o prosseguimento das atividades educacionais.

Logo, o presente trabalho, tem como finalidade, analisar e refletir as políticas públicas do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. O foco é a relação entre políticas públicas e sua implementação na Instituição, bem como os procedimentos de democratização de acesso e permanência do estudante e criação de mecanismos que reduzam os efeitos das desigualdades sociais.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho está sendo desenvolvido no Instituto Federal do Triângulo Mineiro especificamente com alunos do Ensino Superior beneficiados pelo PNAES, e com os responsáveis pelo desenvolvimento do programa nos 5 (cinco) *Campi* da Instituição, (Ituiutaba, Paracatu, Patrocínio, Uberlândia e Uberaba) nos cursos de Tecnologia em ADS (Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e Tecnológicos de Administração (Gestão Comercial, Logística e Marketing).

Nossa observação vem sendo realizada sobre aspectos referentes aos alunos,

como: desempenho acadêmico, retenção e evasão, democratização das condições de permanência e a igualdade de oportunidades. Em relação à equipe gestora: A articulação do programa juntamente com Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão; acompanhamento do desempenho acadêmico, permanência, retenção e evasão dos alunos participantes do mesmo.

A intenção é compreender as políticas de inclusão social, por meio de uma análise da percepção/realidade dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, será empregada a abordagem do ciclo de políticas, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe. Essa abordagem se constitui num referencial analítico útil e que permite uma análise crítica e contextualizada de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação no contexto da prática, bem como os seus resultados/efeitos. (MAINARDES, 2006, p.48).

Como procedimento após a coleta dos dados, os mesmos serão classificados através da tabulação (disposição dos dados de forma a verificar as inter-relações) no sentido de explicitar clareza e organização na última etapa da pesquisa, pensando também, possíveis ações para melhor desenvolver o Programa de Assistência Estudantil, dentro da Instituição.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo das IFES se cumpre à medida que gera e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para a formação de uma sociedade justa e igualitária. A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização do Ensino Superior e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. É necessária a criação de mecanismos que reduza os efeitos das desigualdades de estudantes, que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica, pois,

Responder ao desafio de garantir o direito à educação a toda população e a àqueles que, por qualquer motivo, foram excluídos do sistema educacional, exige a constituição de um sistema nacional de educação que considere a diversidade de condições socioeconômicas existentes no país, de forma a encaminhar para a superação dos inaceitáveis índices de exclusão educacional, tendo consciência de que esta realidade é resultado de exclusões mais amplas, de fundo econômico, político, social e cultural. (CRUZ, 2011, p.11)

Cabe então às IFES assumirem a assistência estudantil como direito prático de cidadania, de dignidade humana e busca de ações transformadoras, o que irá ter efeito educativo e disseminador. Assim, para que o estudante possa desenvolver sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino, uma política efetiva de investimento, a fim de atender às necessidades básicas.

A Constituição Federal de 1988 consagra em seu (art. 205),

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e tem como princípio à igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, p. 89).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: “*Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”.

A Constituição Federal e a LDB tratam da igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um direito fundamental do brasileiro. Essas condições voltaram-se também para o ensino superior, democratizando o acesso a um maior número de estudantes, oriundos de camadas populares.

Levando em consideração a democratização do Ensino Superior, presenciamos no período de (2003-2012), uma mudança no direcionamento de políticas públicas que fomentam o ingresso no Ensino Superior no Brasil, em que programas como o PROUNI (Universidade para Todos), o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e a Lei de Cotas, intervêm na democratização do acesso e permanência nas IFES.

O aumento do número de vagas no ensino superior público federal, por meio destas Políticas Públicas implementadas nesse período, proporcionou a jovens de camadas populares o acesso ao meio acadêmico. Diante desse cenário, o Poder Público, deve avançar na criação de políticas de inclusão voltadas para melhor atender esse novo segmento.

Reconhece-se que as desigualdades educacionais são fruto de um processo mais amplo de exclusão socioeconômica, a qual não poderá ser combatida, exclusivamente, pela ação de um setor ou autarquia federal. É imprescindível que o Brasil avance no sentido de elaborar um projeto de desenvolvimento para o país que possa superar as graves desigualdades socioeconômicas existentes. (CRUZ, 2011, p.32)

Deste modo, algumas ações foram pensadas e desenvolvidas no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que através da identificação do perfil socioeconômico dos estudantes das Universidades Federais, em 2004, observou a necessidade da criação de uma Política que beneficiasse esses alunos.

A partir da identificação desse perfil, o PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, amplia a democratização das condições de permanência no ensino superior público federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais promovendo a inclusão social.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – foi formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, sendo um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES.

O Plano Nacional de Educação em sua meta 11.12, tem como objetivo, elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio. (BRASIL, 2014).

Os projetos nas áreas de assistência estudantil buscam atingir esse contingente de jovens, desenvolvendo ações nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e dentre outros, que contribuem para a redução dos índices de retenção e evasão. Considerando o acesso e a permanência dos alunos, amplia a formação e a produção do conhecimento voltado para o ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, nossa investigação está verificando a implementação do Programa de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, levando em consideração os objetivos das Políticas Públicas e o Público a ser alcançado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção é compreender o formato em que a Política Pública de Assistência Estudantil é aplicado dentro do IFTM. Observar e analisar os resultados obtidos até então e se necessário apontar novos espaços para que o objetivo seja alcançado com êxito, pois temos como interesse comum, o bom desempenho dos estudantes e seu sucesso na vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

_____. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Federalismo e Financiamento da Educação: a Política do FNDE em debate**. In: Federalismo e Políticas Educacionais na efetivação do Direito a Educação No Brasil, Brasília, Ipea, 2011.

FÓRUM Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2004, Brasília. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino**

superior: relatório final da pesquisa. Brasília, 2004.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

